

PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS EM SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA  
Comissão de Cidadania e Reprodução – CCR  
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP  
Seleção de Projetos 2007  
TEMA: RELIGIÕES E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA

*PROJETO: Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina.*  
*Coordenadoras: Dra. Miriam Pilar Grossi e Dra. Maria Amélia Schmidt Dickie*  
*NIGS/NUR – UFSC*

---

## **Relatório Técnico Narrativo Final**

### **1. Resumo executivo**

Este projeto visou estudar como está sendo implantado o Ensino Religioso (ER) nas escolas públicas de Santa Catarina, tendo como foco de análise questões relativas a gênero, sexualidade e reprodução abordadas nesta disciplina. A pesquisa incluiu a formação dos professores de ER e como se está realizando o ER nas escolas. Por isto pesquisamos o ER, mediante entrevistas com alunos e professores de diferentes escolas em diferentes regiões do Estado a partir da 5ª série do ensino fundamental (5ª. a 8ª. series), assistimos algumas aulas de ER, entrevistamos coordenadores dos cursos de Ciências da Religião em andamento e ex-coordenadores daqueles já extintos, em diferentes fundações universitárias do Estado.

Do plano original, substituímos as cidades de Tubarão e Joaçaba por Criciúma e Joinville em virtude de as reconhecemos mais significativas ao longo da pesquisa e definimos como preferenciais para a entrevista/questionário alunos de 14 anos ou mais. A experiência com menores de 14 provou-se ineficiente para os objetivos de investigação acerca das representações de gênero, religião e sexualidade. Assim, a pesquisa foi realizada em Criciúma, Chapecó, São Jose (na grande Florianópolis), Florianópolis, Joinville. Por ocasião do Seminário Ensino Religioso, Gênero e Sexualidade em Santa Catarina, recebemos a solicitação de professores de Itajaí para

que conduzíssemos a pesquisa em suas escolas, tal o interesse que os dados apresentados no Seminário suscitaram.

O processamento dos questionários aplicados aos alunos foi realizado pela metodologia SPSS. Reuniões quinzenais da equipe avaliaram e discutiram os resultados, elaboraram relatórios e a organização do material para análise.

No mês de agosto de 2008, ao final da pesquisa, organizamos o Seminário acima mencionado, através do qual informamos aos professores e demais participantes os resultados da pesquisa e realizamos varias atividades de formação em Gênero e Sexualidade, visando o aprimoramento dos participantes para enfrentarem estes temas em sala de aula.

Durante o segundo semestre da pesquisa, membros da equipe participaram de quatro eventos científicos onde apresentaram conferencia/trabalhos relativos ao projeto.

## **2. Descrição das atividades realizadas**

A pesquisa contou com a participação de uma equipe formada por integrantes do NUR e do NIGS e com voluntários, todos vinculados aos programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas ou ao curso de graduação em Ciências Sociais da UFSC, para a aplicação de questionários aos estudantes da 5ª a 8ª série. Na realização do Seminário contamos ainda com a participação de professoras e estudantes de graduação e pós-graduação vinculados a outros cursos da UFSC e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), o que possibilitou não só a integração destes alunos mas seu treinamento em atividades de monitoria em evento de divulgação científica e formação dos participantes.

### **A. Relativas @ professor@s de ensino religioso:**

O roteiro de entrevista utilizado junto aos professores foi construído com vistas a abranger a trajetória acadêmica e profissional dos mesmos, a forma como ministram as aulas de Ensino Religioso, a percepção a respeito das dúvidas e dos questionamentos dos alunos e a inserção ou não de discussões referentes a gênero e sexualidade. Temáticas como homossexualidades, travestilidades, namoro, violências, iniciação sexual, aborto e família foram abordadas nas perguntas. Além disso, foram acompanhadas, através das observações em campo, aulas de Ensino Religioso nas diferentes escolas estudadas.

Em Criciúma, duas escolas foram acompanhadas mediante observações em campo e entrevistas junto a três educadores responsáveis por ministrar a disciplina de Ensino Religioso. Duas professoras apresentam formação em Ciências da Religião em Universidades particulares locais, ao passo que um professor, que no momento da pesquisa substituíra uma delas, está concluindo o bacharelado em História. Os três, casados e em relacionamentos heterossexuais, identificam-se católicos, com participação em atividades da Igreja. A idéia de família como “*base*” ou “*bem maior*” figura entre os discursos, juntamente com a representação de determinados modelos familiares como “*desestruturados*”. As reflexões sobre gênero se caracterizam especialmente pelo pressuposto da igualdade entre homens e mulheres, sobretudo “*diante de Deus*”. Os temas trabalhados em sala de aula seguem pautas referentes à história das religiões, a valores, a direitos humanos e a aspectos filosóficos acerca da religiosidade.

No município de São José, como parte da Grande Florianópolis, a pesquisa de campo foi realizada em uma escola, sendo que dois professores de Ensino Religioso foram entrevistados. Ambos têm formações em áreas diversas (Filosofia e Português), acumulando, portanto, disciplinas a serem lecionadas. Afirmam trabalhar questões

referentes a gênero em sala de aula, respondendo a perguntas dos alunos e mesmo intervindo em situações nas quais categorias acerca da homossexualidade são usadas como termos acusatórios. Observações de campo apontaram para as duplicidades que pontuam as aulas de Ensino Religioso nesta escola, que por vezes se mesclam a aulas de redação ou se baseiam em atividades de caráter cristão, como desenhos e murais sobre a representação divina ou canções gravadas por padres católicos.

Em Florianópolis entrevistamos professores do Instituto de Educação Estadual, uma escola com 5.000 alunos de diversas procedências e que tem somente dois professores de ER. Essa escola, situada no centro de Florianópolis, foi escolhida pela diversidade socio-econômica, étnica e regional metropolitana de sua clientela.

Na região do oeste catarinense, na cidade de Chapecó, foram entrevistadas 10 pessoas envolvidas nas aulas de Ensino Religioso, entre professores e colaboradores na Gerência Regional de Educação. As observações durante as aulas de Ensino Religioso aconteceram em três escolas. Naquela região, pode-se perceber, havia poucos professores com formação em Ciências da Religião, assim como poucos professores efetivos na disciplina. De maneira geral, os entrevistados apontaram para a ausência de estudos de gênero e sexualidade nas suas formações. As temáticas trabalhadas na sala de aula foram relacionadas a valores, limites, motivação, sociabilidade, violência e às *“diferenças entre as religiões”*.

#### **B. Em relação a alun@s,**

O questionário foi composto de quarenta e três questões sub-divididas em cinco blocos: perfil d@s alun@s, ensino religioso, cidadania, amor e sexualidade e, por fim, sexualidade na escola. As questões formuladas buscam dar conta dos objetivos propostos, sendo uma vertente quali-quantitativa da pesquisa. Desta forma, a aplicação

do questionário envolveu dois tipos de produtos para análise antropológica, a saber, diários de campo da aplicação dos questionários e os dados quantitativos propriamente ditos. Os questionários foram respondidos de forma anônima e cada pesquisador@ foi orientado a fazer anotações de campo, tendo gerado 21 diários de campo e 07 análises preliminares relativas à aplicação dos questionários nesta primeira etapa. Ao todo, foram aplicados 250 questionários nos municípios de Chapecó, Criciúma e São José. Nas três saídas de campo para a aplicação dos questionários do projeto, foram envolvidos 16 pesquisadores.

Em uma análise preliminar dos dados qualitativos gerados a partir da aplicação dos questionários, é possível falarmos de quatro grandes eixos temáticos: 1) gravidez e aborto; 2) violência contra a mulher e lei Maria da Penha; 3) homossexualidades e homofobia e 4) ensino religioso.

As respostas sobre gravidez e aborto oscilaram entre posições favoráveis em alguns casos e totalmente contrárias. Grande parte das respostas foi orientada por um viés religioso em que o “princípio da vida” enquanto algo a ser preservado guia ações e orienta representações sobre a prática do abortamento. Porém, nas narrativas favoráveis a essa prática, emergiram questões relacionadas desde condição sócio-econômica da mãe, projeto de vida que inclui o “estudo”, assim como sua integridade psíquica. A prevenção da gravidez emerge em alguns discursos como prática a ser seguida ao invés do aborto, ou seja, há uma hierarquia na qual o que sobressai é o processo pedagógico e moral (orientação impositiva e também pedagógica) em detrimento da prática do aborto. Isso demonstra, de alguma forma, a alta rejeição ao aborto guiada por discursos religiosos e “de valorização da vida”.

Em se tratando das temáticas que envolvem violência contra a mulher e lei Maria da Penha, percebeu-se que parte significativa dos alunos apresentava narrativas

envolvendo essas questões. Esses alunos relataram, em sua maioria, algum conhecimento de casos de violência, seja em suas famílias ou redes de vizinhança e parentesco, na mídia ou em outros lugares. De maneira geral, os discursos sobre a violência rejeitam essa prática e punem o agressor. Porém alguns relatos afirmam momentos específicos em que a violência contra a mulher é legitimada, seja por *“provocação da esposa ao marido ciumento”* ou *“quando elas irritam”* (ambos discursos baseados em acusações contra a vítima e não contra o agressor). A lei Maria da Penha é extremamente difundida entre os alunos, que a conhecem e sabem de sua aplicabilidade prática. Em uma narrativa, “Maria da Penha” alcança agência própria e se transforma ela mesma na instituição punitiva da violência. Constatamos a importância do papel da mídia na divulgação da lei Maria da Penha, assim como sua forte influência em todas as escolas estudadas mas também se pode depreender que a prática corriqueira da violência doméstica instigue o registro desta notícia ao ser recebida através da mídia.

A homossexualidade aparece nos discursos pautada por vieses religiosos e biologicistas. A naturalidade ou falta desta é um marcador presente em grande parte das narrativas, seja em favor ou contra os sujeitos homossexuais. Uma das grandes questões reside nas expressões públicas do afeto, que divide opiniões e lugares de exercício da sexualidade. Alunos com adesão religiosa mostram-se contrários tanto a quaisquer legislações protetoras para esta população como a seu trânsito visível na comunidade. Quando os discursos são a favor da expressão pública do afeto e do respeito à diversidade, guiam-se por orientações que levam em consideração a sexualidade como intrinsecamente ligada a um “direito” individual de cada um, ao mesmo tempo em que não era pensada como uma escolha consciente. Nestes discursos, a temática da homofobia também esteve presente, evidenciando uma forte rejeição à violências contra homossexuais, demonstrando que a homossexualidade é percebida como um direito

individual. Constatamos que, apesar da condenação da homossexualidade por diferentes grupos religiosos aos quais @s alun@s entrevistad@s pertencem, a homossexualidade não é condenada.

No que tange o Ensino Religioso, esta é uma disciplina considerada interessante pela ampla maioria dos alunos, que, nestes momentos, podem discutir questões que não são abordadas em outras disciplinas e que estão relacionadas a questões existenciais e morais. Temáticas vinculadas à cidadania, direitos de grupos marginalizados e família foram freqüentemente associadas aos principais ensinamentos de ER. É importante salientar que a imensa maioria dos alunos se coloca como freqüentadora/praticante de um ou mais cultos religiosos e que o Ensino Religioso é de alguma forma vinculado a esta religiosidade dos alunos. Uma constatação importante se deu em relação aos alunos pentecostais que expressaram preocupação de seus pais em relação à disciplina já que ela aborda temática relativa a diversas religiões, inclusive as afro-brasileiras, objeto de sua rejeição.

### **C. No que diz respeito à formação d@s professor@s:**

Para conhecer o processo de formação dos professores de Ensino Religioso em Santa Catarina, realizou-se uma pesquisa de campo, utilizando a metodologia qualitativa. Além da participação em eventos, reuniões de associações específicas, realizaram-se, entre setembro e dezembro de 2007 e julho de 2008, conversas informais e entrevistas semi-estruturadas com lideranças estaduais e nacionais de entidades civis ligadas à atuação dos docentes do ER como ASPERSC (Associação dos Professores de Ensino Religioso do Estado de Santa Catarina), FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso), CONER/SC (Conselho do Ensino Religioso do Estado de Santa Catarina) e Secretaria Estadual da Educação; com professores e

coordenadores de Cursos de Ciências da Religião; com autores de projetos de Cursos de Ciências da Religião em processo de elaboração ou de regulamentação (Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC e Universidade de São Jose –USJ); com professores do Ensino Religioso vinculados à Rede Estadual e Municipal de Ensino; além de graduados e graduandos em Ciências da Religião (UNISUL, UNOESC, UNC, FURB e UNIVILLE).

A partir destes contatos, foi possível conhecer os diversos aspectos histórico-políticos do processo de constituição da disciplina, ora conhecida como Ensino Religioso e ofertada nas séries finais do Ensino Fundamental, vinculados ao processo de formação do professor da disciplina. Até 1996, a disciplina não era obrigatória aos alunos e deveria ser ministrada por pessoas ligadas às confissões religiosas, sendo que essas mesmas instituições atuavam sobre a capacitação, escolha e até remuneração dos docentes. Até este momento, a disciplina estava entre um enfoque catequético e outro ecumênico, e o professor da rede pública possuía, geralmente, um contrato temporário. Com a promulgação das Leis LDBEN n° 9394/96 e 9475/1997, o Ensino Religioso passou a ser considerado “disciplina escolar, de matrícula facultativa para o educando, integrante da formação básica do cidadão, e reconhecido como uma das áreas do conhecimento”. Isto fomentou a organização de uma entidade civil que representasse os interesses das diversas denominações religiosas catarinenses, fazendo surgir o CONER/SC, e estimulou a oferta de Cursos de Licenciatura em Ciências da Religião, inclusive no modelo Magister, em diversas Fundações Educacionais de Santa Catarina como UNISUL, UNIVILLE, UNOESC, UNC e FURB, alguns em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Se, num primeiro momento estes cursos enfatizavam a perspectiva cristológica, num segundo momento deveriam contemplar uma formação acadêmica não proselitista e uma perspectiva mais abrangente. Embora os projetos não



previssem temáticas como sexualidade e gênero, estas perspectivas foram abordadas, especialmente a partir dos interesses d@s graduand@s, nas disciplinas, nas atividades acadêmicas e em Trabalhos de Conclusão de Curso. Só num caso tivemos explicitação de como estas temáticas haviam sido abordadas, já que houve uma preocupação do curso em planejar atividades que as contemplassem. Neste caso, palestras por um médico e um padre católico são realizadas sistematicamente. Nos demais, não obtivemos clareza sobre como foram resolvidas as demandas dos alunos o que sugere o improvisado como resposta. Num destes casos, a disponibilidade de discutir estes temas se expressou como sendo necessária, mas com a ressalva de que eles não estariam oficialmente incluídos no currículo e que, sim, eram tratados quando surgiam. O mais interessante foi a certeza de que surgiriam, expressa claramente no discurso da informante. Neste curso, são objeto de alguns trabalhos de conclusão de curso. Não havia, porém, nenhuma preparação específica de professores para trabalhar com os alunos sobre a temática nem um programa de abordagem dos temas.

As respostas que obtivemos a respeito da inclusão ou não de gênero e sexualidade nos currículos evidencia algo que já havia sido notado em pesquisas anteriores sobre o ER no estado: há a tendência a evitar enfrentar diretamente os temas que podem provocar divergências. A pauta do discurso sobre ER no Estado e dos cursos que analisamos é de salientar e privilegiar o que igualaria todas as religiões, sublinhando sua universalidade e remetendo as diferenças para o plano dos direitos individuais e da possibilidade da presença de Deus ser concebida de diferentes maneiras. As questões polêmicas são assim deixadas para segundo plano em função do valor mesmo da religião. Com isto, apesar de um esforço consciente e honesto de vários destes entrevistados de produzirem um conhecimento “isento” sobre as temáticas religiosas, estão apoiados sobre princípios cristãos e com laivos predominantemente

católicos. Seu discurso não reconhece estar veiculando valores mas sim ao “conhecimento sobre o fenômeno religioso” dado como universal e verdade ontológica.

Além da graduação, os licenciados em Ciências da Religião ou aqueles que atuam como docentes da disciplina de Ensino Religioso participam frequentemente de Cursos, Seminários e Congressos, organizados por entidades representativas, instituições públicas e universidades. Estes eventos enfatizam a produção acadêmica e a cientificidade desta área do conhecimento, em contraposição à perspectiva catequética e proselitista do período anterior.

Em termos numéricos, a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina conta atualmente com 1311 escolas onde é oferecida a disciplina de Ensino Religioso para as Séries Finais do Ensino Fundamental. Destes, apenas 282 dos docentes são habilitados e concursados. Os demais são professores com acordos de trabalho temporários, e mais de 70% não são habilitados para atuar na disciplina, sendo comum observar-se uma rotatividade de docentes na disciplina e uma sobrecarga de trabalho.

#### **D. Sobre o Seminário Ensino Religioso, Gênero e Sexualidade em Sta. Catarina.**

Como dito acima, o Seminário, já previsto no projeto, visou repassar para os interessados os resultados da pesquisa. Convidamos todos os professores de ER do Estado mas trouxemos aqueles que haviam sido entrevistados para a pesquisa. A Secretaria de Educação do Estado garantiu sua presença através de licença para se ausentar da escola e financiando o transporte daqueles que vieram do interior do Estado. O evento se realizou nos dias 15 e 16 de agosto deste ano, e contou com a presença de 244 participantes, mais 53 pessoas que atuaram em mesas redondas, conferencias, a equipe e os monitores do evento. Participaram também o presidente da Associação dos

Professores de Ensino Religioso de SC e um representante da Secretaria de Educação. Neste seminário tivemos uma sessão de apresentação dos resultados, 2 mesas redondas com pesquisadores sobre Ensino Religioso, Gênero e Sexualidade, relatos de experiências bem sucedidas sobre gênero e sexualidade no Ensino Religioso, varias oficinas sobre a temática do Gênero e sexualidade, uma sessão de exercício de preparação de plano de ensino sobre questões relativas a Gênero e Sexualidade, um minicurso sobre Historia da Sexualidade, uma conferência sobre Gênero na sala de aula. Estamos anexando todo o material relativo a esta atividade a este relatório, bem como o CD com o material que estará à disposição no site do NIGS. Na apresentação dos resultados, a equipe se dividiu por tópicos, como pode ser visto no Programa e no Relatório Final do Seminário em anexo. (Anexo 1).

#### **D. Participação em eventos científicos**

- GROSSI, Miriam P. (Homo) sexualidades, gênero e violências no **II Seminário Gênero, Corpo, Sexualidade** no dia 5 de maio de 2008 na UFRN em Natal - Nele foram abordados vários tópicos da pesquisa quali-quantitativa com os alunos.
- WELTER, Tânia; DICKIE, Maria Amélia; GROSSI, Miriam P. Ensino Religioso, Gênero e Sexualidade em Santa Catarina, Brasil – a formação dos professores de Ensino Religioso. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis: UFSC, 25 e 28 de agosto de 2008.
- DICKIE, M.A.S. coordenou com Emerson Giumbelli a organização do GT Religião, gênero, sexualidades e reprodução da Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Por razões de força maior Maria Amélia Dickie não pode estar presente na reunião.
- FERNANDES, Felipe Bruno Martins, DICKIE, M. A., GROSSI, M. P. Ensino Religioso, Gênero e Homossexualidade em Santa Catarina/Brasil, 2008. Curso Internacional "**Fomentando el conocimiento sobre las libertades laicas**", El Colegio Mexiquense AC / Universidad Nacional Mayor de San Marcos / Red iberoamericana por las libertades laicas. <http://centauro.cmq.edu.mx/dav/libela/paginas/DocuEspeciales/ponenciasPeru/brunomartins.doc>

## 5. Avaliação

A pesquisa se realizou dentro do cronograma programado. A metodologia da pesquisa, envolvendo dois pesquisadores em cada escola e uma equipe de dez pesquisadores em mutirões de um ou dois dias para aplicação dos questionários em cada cidade, mostrou-se muito eficaz para a realização da pesquisa tanto na primeira etapa quanto na segunda. A cooperação entre os pesquisadores foi importante para o ágil aprimoramento dos procedimentos e para as tomadas de decisões, tais como a referente à limitação do universo de alunos àqueles com 14 anos ou acima dessa idade. A presença das equipes nas escolas foi bem aceita e tivemos cooperação dos diretores e coordenadores para a organização do trabalho de aplicação dos questionários para os alunos. As entrevistas com professores também foram bem recebidas.

Tivemos o apoio das Gerências Regionais da Secretaria de Educação e apoio das escolas. O imprevisto que causou algum distúrbio neste apoio foi, numa escola, a reação dos alunos a um pergunta do questionário sobre se sabiam que ER não era matéria obrigatória e que a escola poderia oferecer atividade alternativa. A maioria não tinha sido informada e em algumas escolas reagiu questionando a escola a respeito. Os professores que preenchem carga horária com o ER, ao serem confrontados pelos alunos sobre o ER ser optativo, temeram ser dispensados em função da desistência dos alunos de freqüentarem as aulas de ER, e a direção a argumentar que não tinha condições de oferecer alternativas. Esta situação levou a direção da escola a questionar a ética em nossa pesquisa. A situação foi resolvida após uma reunião com a Coordenação de ER da Gerência Regional da Secretaria de Educação, em que nossos propósitos ficaram claros, e nossa atitude definida como coerente com o texto legal sobre ER.

O questionário mesmo foi desenvolvido pelo trabalho conjunto da equipe junto à consultoria de especialista no programa SPSS. Ele precisou de mudanças e adaptações

após o primeiro campo (Chapecó), e as diferenças entre as versões posteriores e a inicial ainda estão sendo objeto de trabalho para que esta possa ser equacionada no processamento. Temos, no entanto, o processamento completo por cidade, que consta do material anexo, tal qual foi apresentado no Seminário realizado em meados de agosto.

No aspecto “formação dos professores”, os dados concretos dos cursos de Ciências da Religião ativos que foram disponibilizados e as entrevistas realizadas. A informação completa se encontra nos anais do Seminário publicados em CD. A possibilidade de apresentação de resultados parciais em congressos e encontros foi muito importante para que tivéssemos um *feedback* do que estava sendo realizado e estimulou o contato com grupos de pesquisadores dentro e fora do país.

A realização do Seminário sobre Ensino Religioso, gênero e sexualidade constituiu-se num evento de grandes proporções no âmbito do ensino estadual. Para atender as exigências da Secretaria de Educação para liberar seus professores para o evento, organizamos as atividades para que perfizessem 16 horas. O comparecimento dos professores e outros interessados cumpriu nossa meta de divulgação e também foi uma oportunidade importante para o treinamento de docentes nas áreas de gênero e sexualidade. Tanto assim que houve várias manifestações sugerindo ampliar as oficinas para professores de outras áreas. A repercussão positiva do Seminário pode ser aferida pelos questionários de avaliação distribuídos na última sessão e cuja síntese se encontra também no Relatório do Seminário.

Nossa surpresa, durante o seminário, veio da reação dos representantes da ASPERSC, FONAPER, secundados por pesquisadores e apoiadores do ER tal como previsto pela legislação. Quase ao fim do seminário reivindicaram espaço para falar ao público presente alegando que o Seminário, até ali, havia preconizado a inclusão de

gênero e sexualidade como conteúdos de ensino religioso e que isto não era correto. Era uma acusação direta à nossa atividade e as coordenadoras tiveram uma conversa explicativa com aqueles representantes, enfatizando três pontos: que a pesquisa respondia a um edital no qual estava definida a temática; que para nossa surpresa os professores haviam expressado a demanda por formação na área; e que havíamos aproveitado a ocasião de divulgação dos resultados para os interessados para oferecer esta formação, não sendo nossa intenção impor conteúdos ao ER. Abrimos, então, no espaço da conferência de encerramento, a oportunidade de uma mesa composta por eles e por Miriam Grossi, na qual enfatizamos as ementas e os programas de ER previstos nos Parâmetros Curriculares do Estado.

Nossa avaliação geral diz que o projeto cumpriu suas metas e estamos muito contentes com os resultados obtidos, não só no que diz respeito às informações sistematizadas mas também ao alcance social que elas tiveram. Por outro lado, tanto a pesquisa quanto o seminário foram motivo de motivação para trazer alunos de graduação da UFSC e da UDESC para a área de estudos e de treinamento para eles em atividades de pesquisa e divulgação.